

CE propõe quatro níveis de risco para a inteligência artificial

A Comissão Europeia avançou com regulação da inteligência artificial com base no risco. O tema é debatido hoje na Universidade Católica Portuguesa

Karla Pequeninno

Enquanto os Estados Unidos e a China lutam pelo domínio a nível mundial na área da inteligência artificial, a União Europeia quer garantir que a tecnologia respeita os direitos humanos. Isto inclui proibir sistemas que manipulam o comportamento humano e barrar programas de crédito social em que a população é monitorizada, em tempo real, e recebe pontos por “bom comportamento” como já acontece na China. Esta é a base de uma proposta da Comissão Europeia (CE) para um quadro jurídico para a inteligência artificial, divulgada a 21 de Abril. É o primeiro documento deste género no mundo e é discutido hoje no *ColoquialA*, uma iniciativa da Universidade Católica Portuguesa (UCP) para promover o debate público em torno da tecnologia.

As restantes ferramentas que usam algum tipo de inteligência artificial, desde *chatbots* nas redes sociais a ferramentas de diagnóstico médico, devem seguir regras específicas consoante o nível de risco que têm, ainda de acordo com a proposta da CE para regular a inteligência artificial.

“Há aqui a oportunidade de criar um paradigma de actuação internacional, focado no respeito dos direitos humanos”, começa por dizer ao PÚBLICO Maria do Céu Patrão Neves, catedrática de Ética da Universidade dos Açores, e uma das oradoras de hoje. “Uma inteligência artificial europeia deve valorizar a privacidade e segurança dos cidadãos e deve ser transparente.”

A proposta de regulação europeia chega numa altura em que a tecnologia já faz parte do dia-a-dia de muitas pessoas: está nos carros com sistemas de travagem automática, nos *chatbots* das redes sociais, nas assistentes digitais de gigantes tecnológicas como a

Apple e a Google, e por detrás das recomendações – de livros, música, notícias – que nos chegam *online*. E está em sistemas de recrutamento, diagnóstico e detecção de erros em infra-estruturas críticas.

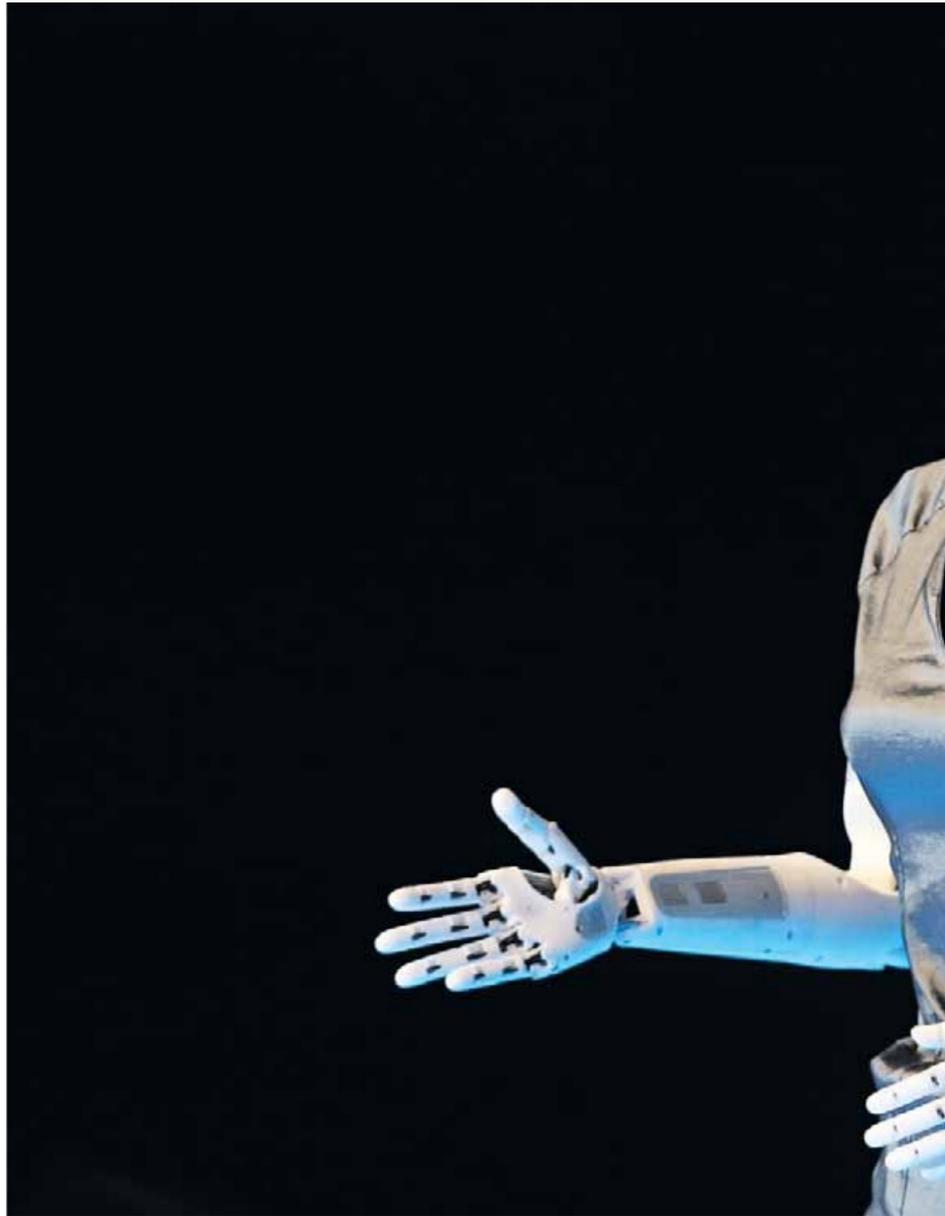
Todas estas ferramentas dependem de algoritmos capazes de aprender e executar tarefas, sozinhos, a partir de enormes bases de dados.

“É fundamental ter sistemas de responsabilização para lidar com eventuais problemas e erros”, sublinha Henrique Sousa Antunes, professor de Direito e coordenador do grupo de Direito e Inteligência Artificial da UCP. “Veja-se a polémica de Abril sobre a forma como a TAP estava a usar algoritmos para escolher os trabalhadores que iam receber propostas de rescisão de contrato,” lembra o professor de Direito. O algoritmo desenvolvido pela consultora Boston Consulting Group (BCG) foi criado para identificar trabalhadores com faltas injustificadas, mas também estaria a incluir faltas justificadas. “Isto é um exemplo próximo que mostra como é importante regular o sector. Muitas vezes as pessoas nem sabem se estas ferramentas de recrutamento estão a ser utilizadas”, explica Sousa Antunes.

Só que, por ora, só a CE avançou no mundo com uma proposta para regular o sector.

Abordagem de risco

Um dos pontos a favor da proposta da CE, argumenta a bioeticista Maria do Céu Patrão Neves, é o facto de se focar numa “abordagem de risco”. “A inteligência artificial é uma área muito ampla, por isso é preciso que a regulamentação seja proporcional aos riscos identificados”, sublinha. “É possível aproveitar os enormes benefícios da inteligência artificial na saúde e na educação, sem pôr em causa



Em cima, *Sofia*, um robô humanóide activado em 2016 que integra tecnologias de inteligência artificial, sendo inspirada na actriz Audrey Hepburn e capaz de fazer dezenas de expressões faciais

À esquerda, os portugueses Maria do Céu Patrão Neves e Henrique Sousa Antunes; e, à direita, o belga Mark Coeckelbergh e a norte-americana Jessica Fjeld, que têm reflectido sobre a inteligência artificial e as questões éticas



as conquistas universais de direitos humanos como a privacidade, a liberdade e justiça nos últimos séculos.”

Uma das grandes possibilidades da inteligência artificial é acelerar o diagnóstico médico ao pôr algoritmos a analisar milhares de milhões de dados em simultâneo para encontrar padrões que podem passar despercebidos ao ser humano. Para a CE, as ferramentas de inteligência artificial devem ser classificadas em quatro níveis: risco inaceitável, alto risco, risco limitado e risco mínimo.

Ferramentas que põem em causa a segurança e os direitos fundamentais das pessoas – por exemplo, brinquedos capazes de manipular negativamente o comportamento de menores – são consideradas como tendo um risco inaceitável e não podem funcionar na União Europeia. Ferramentas de alto risco, usadas em infra-estruturas críticas, serviços de saúde e educação, devem respeitar regras rígidas a nível da segurança e qualidade dos dados utilizados. Ferramentas de risco limitado como *chatbots* estão apenas sujeitas a requisitos de transparência: as pessoas têm de saber que estão a falar com uma máquina. Sistemas automáticos para filtrar *spam* no *email*, por exemplo, são considerado de risco mínimo e podem ser usados livremente.

“Este é só o ponto de partida”, diz Maria do Céu Patrão Neves. “É provável que sejam feitas várias alterações ao longo dos próximos dois anos, consoante a evolução do debate.”

Ontem, por exemplo, o Parlamento Europeu (PE) aprovou um relatório sobre o uso da inteligência artificial no sector da educação, cultura e audiovisual que destaca a importância de perceber como funcionam as recomendações criadas por sistemas de inteligência artificial. Um dos riscos é limitar a diversidade de opiniões. Uma das críticas à abordagem europeia é que o foco excessivo na regulamentação se torne uma barreira à inovação.

“É um comentário frequente que não deixa de ter algum fundamento”, admite Maria do Céu Patrão Neves. “Se uma área está mais regulada, terá de progredir dentro dos parâmetros estabelecidos. Isso é incontestável”, reconhece a bioeticista. “Mas é preciso pensar naquilo que queremos como europeus: não é uma inteligência artificial em que tudo é permitido, não respeitando grupos vulneráveis e não respeitando a privacidade.”

Por outro lado, estimativas de 2020 do PE notam que um quadro europeu comum na inteligência artificial tem o potencial de adicionar 294 mil milhões de euros ao produto interno bruto da União Europeia até 2030.

“A legislação não é uma barreira à inovação. É o contrário”, defende Mark Coeckelbergh, membro do grupo de alto nível da CE para discutir inteligência artificial (HLEG-AI, na sigla inglesa). “Quando há muita incerteza em torno da legislação



Uma inteligência artificial europeia deve valorizar a privacidade e segurança dos cidadãos e deve ser transparente

Maria do Céu Patrão Neves
Investigadora

É fundamental ter sistemas de responsabilização para lidar com eventuais problemas e erros

Henrique Sousa Antunes
Investigador

A legislação não é uma barreira à inovação. É o contrário. Quando há muita incerteza em torno da legislação numa área, as empresas estão menos confiantes em investir

Mark Coeckelbergh
Investigador

Os EUA e a Europa partilham uma grande herança cultural e têm abordagens éticas semelhantes

Jessica Fjeld
Investigadora

numa área, as empresas estão menos confiantes em investir e isto pode prevenir o desenvolvimento da inteligência artificial.”

Fronteiras tecnológicas

Mark Coeckelbergh, que estuda a intersecção da tecnologia com a filosofia na Universidade de Viena, acredita que o problema maior é político. “Não se pode depender apenas de legislação. É preciso pensar nas políticas da inteligência artificial”, clarifica o investigador belga. “Há muita assimetria entre os diferentes Estados que investem e desenvolvem esta tecnologia. É preciso também estabelecer acordos e pontes com Estados que têm perspectivas diferentes.”

A inteligência artificial depende de dados e, em 2021, as empresas que mais acumulam informação de milhares de pessoas são chinesas e norte-americanas. Os EUA têm o Facebook, a Amazon e a Google, e a China tem o portal *online* Tencent, o motor de busca Baidu e a empresa de comércio electrónico Alibaba.

“A legislação nunca prejudica as grandes empresas porque estas têm o poder para contratar advogados que as podem ajudar. A União Europeia quer proibir sistemas que manipulam as escolhas das pessoas; mas vejo as grandes empresas a argumentar que há benefícios para o consumidor”, nota o especialista. “É muito difícil garantir que os outros países sigam, por completo, a legislação europeia. É preciso pontes. Caso contrário, os legisladores da União Europeia vão estar sempre a correr atrás de empresas norte-americanas que têm regras diferentes das europeias.” Uma opção é obrigar as empresas norte-americanas a criar versões diferentes da sua tecnologia para a União Europeia. “Isto quer dizer que teremos versões diferentes do Facebook, Twitter e Google consoante o país em que estamos. É uma solução, mas não é uma solução perfeita porque deixa de ser global”, diz Coeckelbergh.

Jessica Fjeld, professora de Direito em Harvard, e outra das oradoras de hoje, é menos pessimista. “Os EUA e a Europa partilham uma grande herança cultural e têm abordagens éticas semelhantes. Isto quer dizer que valores como a privacidade e a autonomia estão fortemente representados na perspectiva europeia e norte-americana sobre inteligência artificial”, explica Jessica Fjeld, uma das responsáveis pelo departamento Cyberlaw Clinic, da Universidade de Harvard, que dá apoio *pro bono* sobre assuntos a Internet e tecnologia.

Há interesse das empresas estrangeiras em respeitar as regras europeias, lembra Maria do Céu Patrão Neves. “A União Europeia é um bloco que não pode ser negligenciado. Nós lutámos durante tantos anos a favor da pluralidade de ideias, do debate, do diálogo. Não podemos deixar que a inteligência artificial sem regulação ponha isso em causa.”